

FHC põe Congresso em recesso para rever apoio

O presidente Fernando Henrique Cardoso vai aproveitar os próximos 15 dias para conversar com os novos líderes partidários, traçar uma radiografia de sua base de sustentação e começar uma nova etapa no relacionamento entre o Governo e o Legislativo. Para isso, antecipou a reedição de 14 medidas provisórias, evitando a convocação extraordinária do Congresso, que já estava definida para o período de 3 a 14 deste mês. "Definidas as lideranças, o Presidente quer conhecer o tamanho do apoio que terá para a aprovação das reformas a partir do dia 15", disse o líder do PSDB na Câmara, deputado José Aníbal (SP). No período de 6 a 9 deste mês serão realizadas reuniões temáticas entre o Governo e os partidos aliados sobre os temas a serem propostos pelo Executivo.

"Era preciso zerar a pauta de um Congresso antigo", disse o presidente do PFL, Jorge Bornhausen, ao justificar que durante a convocação extraordinária os parlamentares ficariam discutindo inclusive projetos herdados de deputados não reeleitos. Bornhausen negou que esse período vá ser destinado a discussões em torno do preenchimento dos cargos de segundo e terceiro escalões. A possibilidade de as conversas seguirem para troca de cargos no Governo também foi descartada pelo deputado José Aníbal. "O Presidente quer garantir a boa tramitação das reformas. Os encontros não terão nenhuma ligação com a distribuição de cargos", acrescentou.

Inútil — O cancelamento da convocação do Congresso foi articulado pelo vice-presidente, Marco Maciel, que convenceu o comando do Congresso da inutilidade do funcionalismo do Legislativo nesse período. Maciel apressou a reedição das medidas para a última sessão da antiga legislatura. As 14 MPs foram lidas às pressas, em sessão do Senado, mas atingindo o objetivo de evitar a convocação automática em caso de reedição de medidas pelo Governo. Para convencer o deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE) a cancelar a convocação — que era muito bem vista por deputados ainda pendurados nas dívidas da campanha eleitoral — argumentaram não ser justo que seu sucessor, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), assumisse a presidência com uma pauta em andamento.

O deputado José Genoíno (PT-SP) criticou a suspensão dos trabalhos nos próximos dias. "O Governo quer é aproveitar esse tempo para fazer a sua engenharia política, distribuindo os cargos do segundo escalão com um Congresso afastado das discussões", disse.



Dos 513 deputados eleitos, 511 compareceram à cerimônia de posse na Câmara, quando os parlamentares prestaram juramento de respeitar e obedecer a Constituição